



PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 03.20.01/2023

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Pindoretama/CE, consoante autorização da Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social a Senhora Edja Silvano de Oliveira Holanda, vem abrir o processo de Dispensa de Licitação cujo objeto é a Locação de imóvel na modalidade benefício eventual destinado a moradia social, através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Município de Pindoretama/CE, pelo período de 12 (doze) meses.

1 – JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.

O Processo administrativo de dispensa de licitação está devidamente instruído e autuado com os elementos necessários à sua instauração (conforme cópias anexas ao processo), incluindo:

1. Exposição de Motivos firmado pela Secretária, Senhora Edja Silvano de Oliveira Holanda, atestando as características do imóvel que possui as condições ideais de instalação e localização que justificaram sua escolha, além da inexistência de outro imóvel apto e disponível para atender a necessidade da Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social, especificamente para abrigar o beneficiário Eventual (Aluguel Social), bem como que o preço mensal está compatível com o mercado imobiliário local.

2. Portaria nº 106 de 01 de julho 2022, que nomeia Francisco Ernandes Ferreira da Silva – Presidente, José Soares Lima Filho e Adrienne Bobô de Carvalho Alves – membros, para compor a Comissão de Avaliação de Imóveis da Prefeitura Municipal de Pindoretama/CE.

3. Laudo de Avaliação.

4. Decreto Nº 183 de 05 de janeiro de 2021, que disciplina os procedimentos de instrução e tramitação dos processos de dispensa de licitação com vistas à locação de imóveis de particulares pela Prefeitura Municipal de Pindoretama e dá outras providências.

5. Minuta do Contrato de Locação a ser celebrado entre as partes estabelecendo as cláusulas e condições a serem pactuadas, fundamentadas pelas Leis das Licitações (Lei 8.666/93) e do inquilinato (Lei 8.245/91).

Ao caso em comento, aplica-se a hipótese preconizada no art. 24, Inciso X, c/c art. 26 da Lei Federal nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

“Art. 24 – É dispensável a licitação:”

X – “para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;”

Quanto à necessidade do enquadramento legal, vinculando-se o fundamento legal do Art. 24, inciso X, do “Códex Licitatório”, vejamos o que disciplina o Dr. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes em seu festejado livro **CONTRATAÇÃO DIRETA SEM LICITAÇÃO**:



“Para que a situação possa implicar na dispensa de licitação deve o fato concreto enquadrar-se no dispositivo legal preenchendo todos os requisitos. Não é permitido qualquer exercício de criatividade do administrador, encontrando-se as hipóteses de licitação disponíveis previstas expressamente na Lei, *numerus clausus*, no jargão jurídico, querendo significar que são apenas aquelas hipóteses que o legislador expressamente indicou que comportam dispensa de licitação”. (JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. *Contratação direta sem licitação*. Brasília: Brasília Jurídica, 1995.p.156).

Marçal Justem Filho leciona que

“A ausência de licitação deriva da impossibilidade de o interesse público ser satisfeito através de outro imóvel, que não aquele selecionado. As características do imóvel (tais como localização, dimensão, edificação, destinação etc.) são relevantes, de modo que a administração não tem outra escolha. Quando a Administração necessita de imóvel para destinação peculiar ou com localização determinada, não se torna possível a competição entre particulares”. (JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. 8ed. São Paulo: Dialética, 2000.p.252).

2 – RAZÃO DA ESCOLHA.

A escolha recaiu no imóvel situado na Rua: RAIMUNDO NONATO COSTA, 987 – CASA 04 – Centro – Município de Pindoretama – Estado do Ceará, por ser o único imóvel que apresenta características que atendem aos interesses da Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social, e em razão dos motivos aduzidos pela Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social, Senhor Edja Silvano de Oliveira Holanda, conforme abaixo:

- O prédio é adequado para abrigar o beneficiário Eventual (Aluguel Social),
- Localização de fácil acessibilidade;
- Inexistência de outros imóveis com características apropriadas para a finalidade em tela no Centro – Município de Pindoretama – Estado do Ceará.

3 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO.

O Preço pactuado neste processo administrativo de Dispensa de Licitação é **R\$ 400,00 (quatrocentos reais)** mensais, abaixo do estabelecido pelo Laudo de Avaliação do Imóvel.

4 – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA.

As despesas correrão por conta da dotação orçamentária:

UNIDADE GESTORA	PROGRAMA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
0805 Sec. Trabalho e Desenvolvimento Social	08 244 0010 2.067 Concessão de Benefícios Eventuais de Assistência Social do Prefeito	3.3.90.32.00 Material, bem ou serv. p/ dist. gratuita	1500000000 Recursos não vinculados de Impostos
			1661000000 Transf.



			Rec. fundo estaduais ass. social
			1701000000 Outros Convênios do Estado

Pindoretama/CE, 01 de fevereiro de 2023.

Nilcirle Melo de Oliveira
Nilcirle Melo de Oliveira

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

